



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 201970002045	Distribuição: 04/09/2019
Número Único: 0002068-78.2019.8.25.0035	Competência: Itabaianinha
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

**Dados das Partes**

Requerente: JOEVISSON COSTA DOS SANTOS  
Endereço:  
Complemento:  
Bairro:  
Cidade: ITABAIANINHA - Estado: SE - CEP: 49290000  
Advogado: ELTON SOARES DIAS 10289/SE  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: CENTRO  
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA**  
**Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA  
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201970002045

**DATA:**

04/09/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201970002045, referente ao protocolo nº 20190904165005220, do dia 04/09/2019, às 16h50min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO  
DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DE ITABAIANINHA/SE.**

**JOEVISSON COSTA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, lavrador, RG: 640803167 SSP/SE , CPF: 054.833.585-03, residente e domiciliado à Rua Balido Alves, nº 189, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP: 49290-000., vem, através de seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, Bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE  
DANO MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,  
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

## I - DOS FATOS

02. O Requerente, sofreu um acidente de trânsito quando trafegava com a Motocicleta HONDA/POP 1101. COR BRANCA, ANO/MODELO 2018/2018, PLACA POLICIAL QMD-3294, CHASSI 9C2JB0100JR048784, quando ao tentar desviar de um buraco que havia no meio da rua, perdeu o controle da motocicleta e sofreu um acidente, tendo como consequência uma forte pancada na cabeça, além de varias escoriações pelo corpo, conforme relato obtido pelo B.O em anexo.

03. Após o acidente, O Requerente, deu entrada no Hospital São Luiz Gonzaga, com sérios problemas em sua face, essas faturas foram confirmadas pelo Dr. Renato Teixeira, CRM 1450, ortopedia e traumatologia que emitiu relatório médico em anexo, que além de descrever a trajetória do paciente desde o acidente, informa que apesar do Requerente ter passado por tratamentos, o acidente lhe deixou sequelas definitivas, como sequelas mastigação, amnésia frequente, cefaleia frequente, tinindo no ouvido direito, perda parcial do paladar, dificuldade da abertura da boca, com redução da força de mastigação.

04. Apesar de toda a documentação e das provas comprovarem o acidente de trânsito e as sequelas deixadas por ele, a Requerida negou o pagamento da indenização, conforme podemos ver através do documento intitulado “resultado de consulta por beneficiário” aqui anexado.

05. Diante disso, por ter a Requerida negado o pagamento da indenização na esfera administrativa, não restou ao Requerente outro meio senão valer-se do Poder Judiciário para resguardar os seus direitos violados.

## II – DO DIREITO

### II.I-DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA

06. O seguro DPVAT que é o seguro responsável pelo pagamento das indenizações decorrentes dos danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples e sequer é preciso advogado ou terceiro para fazer sua solicitação, para o seguro ser pleiteado, basta apenas comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito:

*“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*  
Grifamos

07. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelece as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada*

*(...)*

*Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”*  
(grifos nosso)

08. Como pode ser visto, o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso, seguiu todos os procedimentos para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, porém, a Requerida negou o pagamento da indenização.

09. Nesse sentido, vem o Requerente perante Vossa Excelência, requerer a condenação da Requerida a pagar a indenização estabelecida no art. 3º, alínea II da Lei 6.194/74, **no valor de R\$ 13.500,00 ( treze mil e quinhentos reais), referente as lesões neurológicas que causem danos cognitivo-comportamental, tendo em vista a cefaleia frequente e a amnésia,** seguindo os parâmetros determinados na tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **por invalidez permanente, total** ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.” (Grifos nossos).*

#### ANEXO

**(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).**  
**(Produção de efeitos).**

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um	

membro superior e de um membro inferior	100
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
<b>Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental</b>	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



## II.II-DA MULTA PELO NÃO PAGAMENTO DO SEGURO SEGUINDO A RESOLUÇÃO RESOLUÇÃO CNSP N° 14/95

10. A resolução CNSP n° 14/95 elaborada pela SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP, criaram algumas penalidade para as seguradoras que não cumprissem as normas que regulam o contrato de seguro. Tal resolução traz a seguinte redação em seu artigo 10, II:

*Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei n° 6.194, de 19.12.74, e Lei n° 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:*

(...)

*II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.*

Grifamos

11. Como vemos, a resolução prevê o pagamento de multa quando a seguradora não fizer o pagamento da indenização em 15 dias após a apresentação da documentação legal. Esse prazo foi alargado para 30 dias pela Lei n° 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74.

*“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei n° 11.482, de 2007)”*

12. O Requerente, quando fez o pedido de forma administrativa, juntou toda a documentação exigida em lei, ainda assim, foi negado o seu pedido de indenização, diante disso, o Requerente precisou procurar o Poder Judiciário para resguardar seu direito.

13. Ressalte-se que os documentos juntados aos autos são os mesmos juntados pelo Autor quando procurou a esfera administrativa, sendo estes suficientes para comprovar o acidente de trânsito sofrido e as sequelas deixadas por ele. No entanto, o seu pedido de indenização foi negado, mesmo bastando apenas comprovar o acidente e as sequelas deixadas por ele para ter direito a receber a indenização, como determina o artigo 5º da Lei 6.194/74.

### **II.III-O DANO MORAL**

14. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, não recebeu a indenização devida em virtude do acidente de trânsito sofrido, embora o benefício esteja disciplinado em lei própria e tenha preenchido os requisitos para ter acesso à indenização a Requerida negou o pagamento ao Requerente.

15. Tal ato praticado pela Requerida prejudicou muito o Requerente e sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico, o caso concreto se amolda nos preceitos contidos Código Civil, mais precisamente nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, que deixa bem clara a responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

*“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

*Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.*

(...)

*Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

*Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem."*

16. O Requerente, além de ter sido vítima do acidente, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, teve o seu pedido negado, mesmo juntando todas as provas necessárias para o seu provimento, o que deixou abalado o autor com a sensação que as leis no país não são cumpridas e sentindo-se abandonado, sentimento esse que repercutiu no seu íntimo.

17. Além do que, o recebimento da indenização daria a ele a sua família melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência.

*Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:*

(...)

**II - multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.**

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(Grifamos)

18. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso a indenização, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que este pudesse usar o dinheiro da indenização no seu tratamento médico, inclusive, é esse o entendimento mais recente do Tribunal de Justiça de Sergipe-TJSE, para deferir o dano moral como vemos no julgado abaixo transcrito:

*"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO - EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO - CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA - CONSTRANGIMENTO - **IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE - OCORRÊNCIA DE DANO MORAL** - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE:SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."*

19. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Autor tivesse acesso a um direito estabelecido em lei, houve agressão a esse direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele.

**20. Mais uma vez, é importante frisar que, a indenização por danos morais não esta sendo requerida em virtude do não pagamento do prêmio, más pelas consequências do não pagamento do mesmo, que deixou o Requerente desamparado, sem uma verba importante para custear o seu tratamento médico.**

21. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

22. Frise-se, que valor menor não ira reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com o seu aporte econômico e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

### **III - DOS PEDIDOS**

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente a indenização devida, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, no valor de R\$ 13.500,00 ( treze mil e quinhentos reais), referente as lesões neurológicas que causem danos cognitivo-comportamental, tendo em vista a cefaleia frequente e a amnésia, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação do Requerente não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual corresponde ao dano causado aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Caso seja reconhecido o direito do Requerente de receber a indenização pelo acidente de trânsito sofrido, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente a multa prevista na resolução CNPS nº 14/95, artigo 10, II, em virtude da indenização não ter sido paga em 15 dias, ou 30 dias seguindo o prazo estipulado pela Lei nº 11.482, de 2007, que alterou a redação do artigo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, no valor de R\$6.000,00 (seis mil reais);

e) Que seja julgada procedente a demanda para: condenar a Requerida em danos morais no montante estimado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

f) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbenciais, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

**REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor**, no entanto, protesta provar o alegado por



todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensado sua realização desde já.

O valor da causa é de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 04 de setembro de 2019.

**ELTON SOARES DIAS**

**OAB/SE 10.289**



## PROCURAÇÃO

**Outorgante:** JOEVISSON COSTA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, lavrador, RG: 640803167 SSP/SE, CPF: 054.833.585-03, residente e domiciliado à Rua Benício Alves, nº 189, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP: 49290-000.

**Outorgado(a):** ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

**Poderes:** por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR** **AÇÃO** **CÍVEL** em face

Suprador Líder, podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

**Poderes Específicos:** A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 26 / julho 2019

Joevisson Costa dos Santos  
JOEVISSON COSTA DOS SANTOS



# DECLARAÇÃO

Declaro sob as penas da Lei, que sou pessoa pobre na forma da Lei 1.060/50, não tendo condições de pagar as custas de eventuais despesas do presente processo sem prejuízo de seu sustento próprio e de minha família.

Itabaianinha/SE, 03 de julho de 2019

  
JOEVISSON COSTA DOS SANTOS

CPF: 054.833.585-03

8600-9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA



DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

5577/652

*Juliano Costa dos Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PLASTICARD



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

64.080.316-7

1 via

DATA DE EXPIRAÇÃO 18/12/2017

**JOEVISSON COSTA DOS SANTOS**


DOMINGOS AUGUSTO DOS SANTOS  
EDENILDES COSTA DOS SANTOS

ARACAJU - SE

DATA DE NASCIMENTO  
**20/07/1999**

ITABAIANINHA-SE 2.OFÍCIO CN: LV.A035/FLS.142 /Nº24234

**054833585/03**



Carlos Paulo Figueira  
Diretor de Polícia Eletronica LAGD 509 SF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



**DELEGACIA DE POLÍCIA DE ITABAIANINHA**

RUA DR. JOSÉ VIANA FILHO, CENTRO FONE:() 3544-1356

**Boletim de Ocorrência 2018/06553.0-000749**

**DELEGACIA RESPONSÁVEL**

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE ITABAIANINHA

Endereço: RUA DR. JOSÉ VIANA FILHO, CENTRO FONE:() 3544-1356

**FATO**

Natureza: FATO ATÍPICO

Data e Hora do Fato: 05/08/2018 - 07:00 até 05/08/2018 - 07:00

Endereço: PRAÇA DO BAIRRO GUILHERME CAMP Número: SN Complemento: CEP: 49290-000

Bairro: GUILHERME CAMPOS Cidade: ITABAIANINHA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE ITABAIANINHA

Tipo de local: VIA PÚBLICA Meio Empregado: OUTRO

**VÍTIMA-NOTICIANTE**

Nome: JOEVISSON COSTA DOS SANTOS

Nome do pai: DOMINGOS AUGUSTO DOS SANTOS Nome da mãe: EDENILDES COSTA DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 054.833.585-03 RG: 640803167 UF: SP Órgão expedidor: SSP-SP

Naturalidade: ARAÇAJU Data de nascimento: 20/07/1999 Sexo: Masculino Cor da cútis:

Profissão: Não informado Estado civil: Não informado Grau de instrução:

Endereço: RUA BENÍCIO ALVES Número: 189 Complemento:

CEP: 49.290-000 Bairro: CARAÍBAS Cidade: ITABAIANINHA UF: SE

Proximidades: Telefone:

**HISTÓRICO**

Relata o noticiante que no dia e hora citada, estava conduzindo uma motocicleta tipo HONDA/POP 110I, COR BRANCA, ANO/MODELO 2018/2018, PLACA POLICIAL QMD-3294, CHASSI 9C2JB0100JR048784, EM NOME DE FRANCISCO EDUARDO S. CARVALHO, quando ao tentar desviar de um buraco que havia no meio da rua, perdeu o controle da motocicleta e sofreu um acidente, tendo como consequência UMA FORTE PANCADA NA CABEÇA, ALÉM DE VÁRIAS ESCORIAÇÕES PELO CORPO. É o exposto.

Data e hora da comunicação: 03/10/2018 às 15:52

Última Alteração: 03/10/2018 às 15:49.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

JOEVISSON COSTA DOS SANTOS  
Responsável pela comunicação

Francisco Gerlando Gomes dos Santos  
Delegado(a) de Polícia

Francisco Gerlando Gomes dos Santos  
Responsável pelo preenchimento  
Escritório de Polícia AD HOC  
RG 3 051 477-0 SSP/SE

Ricardo Siqueira de Jesus  
Escritório de Polícia AD HOC  
RG 3 051 477-0 SSP/SE

# HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA

05/08/2018 07:39:51

Praça Orlando Ferreira Alves, 101 - Bairro Conveniência - Itabaianinha / SE - CEP 49290-000 - Fone - (79) 3544-1398  
CNPJ - 13.098.041/0001-04

## PRONTUÁRIO

571.165

Dta. do Atendimento : 05/08/2018 07:39:10

Nome do Paciente : JOEFERSON COSTA DOS SANTOS

Dta. Nasc.: 15/06/2000

Nome da Mãe: EDENILDES COSTA DOS SANTOS

Profissão : MENOR

Sexo : M Est. Civil: S

Responsável : PACIENTE SEM DOCUMENTAÇÃO

Grau Parentesco :

Endereço : RUA BENICIO FREIRE, 189

49290000

Bairro : CENTRO

Cidade : ITABAIANINHA

UF : SE

RG : -

CPF : -

Cartão SUS :

Telefone Contato : ( ) -

Celular : (79) 9931-8467

Médico Responsável : NAILSON ALVES DOS SANTOS

*X* *Joeferson Costa dos Santos*  
Assinatura : (Paciente ou Responsável)

## FICHA DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA

DATA	PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO	HORÁRIO	EVOLUÇÃO ENFERMAGEM
	Paciente vítima, 18 anos de acidente de moto - 1ª vez deu entrada no pronto com contusões em região frontal e de. do exame A: Via aérea permeável (1) com convulsão B: Tórax simétrico, Aa: MV + AHT, SRA, Sinais C: TCC < 25 Tn: 120 x 80 - 110, fc = 74 D: 20.3 RV: 4 RM = 6 = 12 E: Contusões em região frontal, com prélio direto, com otomíngia	07:39	Paciente trazido de UT, em maca, vítima de acidente de moto (colisão frontal moto-poste) SIC) Apresentando contusões em supercílio (D), edema frontal (E), edema zigomático (D), escoriações face e cervical otorragia (E), acompanhada por familiar que relata p. 21

G: 000 / T: 000 / M: 000

ksantos

# HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA

05/08/2018 07:40:17

Praça Orlando Ferreira Alves, 101 - Bairro Conveniência - Itabaianinha / SE - CEP 49290-000 - Fone - (79) 3544-1398  
CNPJ - 13.098.041/0001-04

## PRONTUÁRIO

571.165

Dta. do Atendimento : 05/08/2018 07:39:10

Nome do Paciente : JOEFERSON COSTA DOS SANTOS

Dta. Nasc.: 15/06/2000

Nome da Mãe: EDENILDES COSTA DOS SANTOS

## FICHA DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA

DATA	PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO	HORÁRIO	EVOLUÇÃO ENFERMAGEM
05/08/2018	<p>1) Porto lateral em decúbito lateral para ausculta de vacante +</p> <p>2) SRL 500ml EV</p> <p>3) Monitorização vital</p> <p>4) Cava central feito</p> <p>5) Rins feitos</p> <p>→ Arco</p>		<p>uso vigoroso de belido</p> <p>alcoólico, trazido para</p> <p>estabilização, em prancha</p> <p>rígida, colar cervical.</p> <p>Médico plantonista presente.</p>
	<p>Entrou em contato</p> <p>com USAR TRAUMA.</p> <p>Trauma em DN, Arco</p> <p>Alto o Alente.</p>		<p>SpO<sub>2</sub> 95% em ar ambiente.</p> <p>FC 75 bpm. PA 120 x 80 mmHg</p> <p>HGT 244 mg/dl. Familiar</p> <p>negativa alergia medicamentosa</p>
	<p>Entrou em contato</p> <p>com SAMU Recuperação DN. MANUELA</p>		<p>Gilméria de Jesus Santana Reis Enfermeira COREN - SE 478.188</p>
	<p>Vai entrar via</p>	07:43	<p>Feito AUP em MSE com</p> <p>geleco 16, instalado SRL</p>
	<p>6) SVD</p> <p>7) ANÁLISE, o J. J. E</p> <p>8) PULSAÇÃO ALTA</p>		<p>500ml CPM, Gilméria de Jesus Santana Reis Enfermeira COREN - SE 478.188</p>

ksantos

# **HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA**

**FUNDADO EM 30 DE MARÇO DE 1941**

**CNPJ Nº 13.098.041/0001-04**

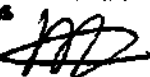
## **DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins e a pedido do interessado que o Sr. JOEVISSON COSTA DOS SANTOS, filho de EDENILDES COSTA DOS SANTOS, RG 64080316-7 SSP-SP, CPF 054833585-03, residente na RUA BENICIO FREIRE, 189, CENTRO, em Itabaianinha, foi atendido neste hospital no dia 05/08/2018, às 07h: 39min, através do prontuário 571165, vítima de acidente de moto-poste, com corte em supercílio, otorragia à esquerda, edema em face e escoriações. Recebeu os primeiros atendimentos e às 09h40min foi transferido para o Hospital de Urgência de Sergipe (HUSE).

Declaro que por erro de digitação o nome JOEVISSON COSTA DOS SANTOS, foi escrito JOEFERSON COSTA DOS SANTOS.

Itabaianinha, 02 de novembro de 2018.

Léo Faro de Barros  
Médico  
CRM / SE 5671



*Léo Faro de Barros*  
**DIRETOR TÉCNICO**  
**CREMESE 5671**  
**CPF 03816024513**



# HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA

05/08/2018 08:59:00

Praça Orlando Ferreira Alves, 101 - Bairro Conveniência - Itabaianinha / SE - CEP 49290-000 - Fone - (79) 3544-1398  
CNPJ - 13.098.041/0001-04

## PRONTUÁRIO

571.165

Dta. do Atendimento : 05/08/2018 07:39:10

Nome do Paciente : JOEFERSON COSTA DOS SANTOS

Dta. Nasc.: 15/06/2000

Nome da Mãe: EDENILDES COSTA DOS SANTOS

## FICHA DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA

DATA	PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO	HORÁRIO	EVOLUÇÃO ENFERMAGEM
		8:00	Feito curativo em supuratório Gilmária de Jesus Santana Reis Enfermeira COREN-SE 478.183 D (suture), CPM.
		8:15	Realizado passagem SVD deley 16, de forma aséptica, 200ml de diurese de coloração amarelo claro, sem intercorrência Gilmária de Jesus Santana Reis Enfermeira COREN-SE 478.183
		8:30	Administrado dipirone 1amp EU + paraf 1 amp EU CPM. Gilmária de Jesus Santana Reis Enfermeira COREN-SE 478.183
		8:40	Paciente na estabilização, acompanhado da genitora, agitado, SpO <sub>2</sub> 97% em uso de cateter nasal 2L/min, FC 72 bpm. PA 120 x 90 mmHg Segue em observação, ksantos



# HOSPITAL SÃO LUIZ GONZAGA

05/08/2018 08:59:24

Praça Orlando Ferreira Alves, 101 - Bairro Conveniência - Itabaianinha / SE - CEP 49290-000 - Fone - (79) 3544-1398  
CNPJ - 13.098.041/0001-04

## PRONTUÁRIO

571.165

Dta. do Atendimento : 05/08/2018 07:39:10

Nome do Paciente : JOEFERSON COSTA DOS SANTOS

Dta. Nasc.: 15/06/2000

Nome da Mãe: EDENILDES COSTA DOS SANTOS

## FICHA DE URGÊNCIA / EMERGÊNCIA

DATA	PRESCRIÇÃO E EVOLUÇÃO	HORÁRIO	EVOLUÇÃO ENFERMAGEM
			<p>aguardando SAMU.</p> <p><i>Gilmária de Jesus Santana Reis</i> Enfermeira COREN - SE 478.188</p>
		09:30	<p>Paciente sonolenta, em</p> <p>monoterapia, pupilas midríaticas</p> <p>Médico plantonista presente.</p> <p><i>Gilmária de Jesus Santana Reis</i> Enfermeira COREN - SE 478.188</p>
		09:40	<p>Paciente transferido de</p> <p>SAMU BÁSICA. SpO<sub>2</sub> 98%.</p> <p>em ar ambiente, FC 95 bpm.</p> <p>PA 120 x 90 mmHg, para</p> <p>HUSE.</p> <p><i>Gilmária de Jesus Santana Reis</i> Enfermeira COREN - SE 478.188</p>

ksantos



## RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Joanisso Costa dos Santos  
DATA DA ENTRADA: 05 / 08 / 18  
DATA DA SAÍDA: 06 / 08 / 18 19h H= 11:11h

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS (X) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

### HISTÓRICO CLÍNICO:

Paciente foi vítima de acidente de trânsito; nega = dor e vômitos.  
Trafuma sangramento nasal, secreção em nariz e dor na face (a nível do arco zigomático) - nega = alergias  
A.B.I. - sem alterações. (E) - Hematoma a nível do osso frontal - Ferimento em superfície já suturado - Escoriações em membros superiores - incham e dor a nível do arco zigomático - pele estável - abdômen inocente.  
Conduta = Exams. + Depressão + SF  
Análise de Bico + Neuro

Análise da Boca - Paciente com ferimento cônico contuso em região frontal + palpebral (superior) direito - Conduta: Tomografia - Rearranjo - Fratura de Complexo zigomático (d) - Solicita Exams. pré-operatórios - visto Exams - Encaminhado ao ambulatório de Boca, maxila da HUSC para monitorar de cirurgia // Medicação para casa e liberado pela boca.

### HISTÓRICO CIRÚRGICO:

Análise da Neuro - Acidente de trânsito - Glasgow 15 - sem déficit Motor - Edema periorbitais (d)  
Tomografia de Crânio - fratura orbital (d), maxilar (d)  
Conduta = Sem conduta neurocirúrgica operatória no momento + observação.  
06/8/18 Ficou em observação, paciente bem, comente orientado, sem déficit, EG= 15,  
Conduta = liberado pela Neuro.

### EXAMES COMPLEMENTARES:

\* Tomos de face, crânio, coluna cervical  
Raio Torax, bacia.

### MÉDICOS ASSISTENTES:

André L.S. Barreto - CRM - 1177  
Carlos Eduardo - Neuro - 2618  
Helo Albuquerque - CRM - 2354

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 14 de dezembro de 2018

Dr. Málio Samuel P. de C. Junior  
CRM: 170.6096.2030.0000  
CBO: 225.10.00.1745

- CBMT

EXAMES REALIZADOS  
DATA: 06/08/18  
HORARIO: 13:30

MS/DATASUS HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1764449 DATA: 05/08/2018 HORA: 11:30 USUARIO: VDM SANTOS  
CNS: 160780563290009 SETOR: 06-SUTURA

ultra e bsc  
pro ulna de

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : JOEVISSON COSTA DOS SANTOS DOC...: 3472404  
IDADE.....: 19 ANOS NASC: 20/07/1999 SEXO...: MASCULINO  
ENDERECO.....: RUA BENICIO ALVES NUMERO: 59  
COMPLEMENTO...: BAIRRO: CENTRO  
MUNICIPIO.....: ITABAIANINHA UF: SE CEP...: 49290-0  
NOME PAI/MAE...: DOMINGOS AUGUSTO DOS SANTOS /EDENILDES COSTA DOS SANTOS  
RESPONSAVEL...: TIA EVANILZA TEL...: 9961026  
PROCEDENCIA...: ITABAIANINHA  
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)  
CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: SIM  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [ X ] mmHg ] PULSO: [ ] ] TEMP.: [ ] ] PESO: [ ] ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS: DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Paciente vítima de colisão moto - pedestre. Nega dor no local e trauma.  
Pulso epistaxe, dor no local e dor em arco zigomático. Nega  
dormência, edema ou alterações. E: hematoma em arco frontal,  
fractura em superílio da suturada, lesões em mm II, ed  
ANOTACAOES DA ENFERMAGEM: a dor em arco zigomático. Pulso estáv  
e dormência insensível.

DIAGNOSTICO: CID:

PRESCRICAO HORARIO DA MEDICACAO

1) Rx de crânio, coluna cervical  
2) Rx de tórax, Rx de abdômen  
3) Dipirona 2: 8 mg AD, EV -> 12h  
4) Solicito evolução do neurocirurgião e da  
cirurgia buco-maxilo-facial  
5) Soro fisiológico 1000 ml, EV 500 500

DATA DE SAÍDA: 05/08/18 HORA DA SAÍDA: :  
ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):  
OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PA

HUSE

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL ASSINATURA DO MEDICO  
REALIZADO EM 05/08/18  
AS 13:30 HORAS  
REGISTRO: 35650  
DATA: 05/08/18  
HORARIO: 13:30  
Técnico: [ ]

BUT 05/08/18

Fed e / 9-cc em região frontal + palpebral  
superior (D), do lado direito em tempo de origem.  
Injúria hemorrágica subconjuntival (D).  
Injúria complexa e sangrante (D).  
a: (D) Del TE por

Dr. Helder A. de Albuquerque  
Cirurgião Traumatologista  
Bucodentofacial  
CRM - SE 2354

Neurocrânio 05/08/18 15:42  
Quest de motocicleta s/ capacete  
A.P.E.  
No exame, ferimento s. Pupila normal, /o. reage  
Sem déficit motor  
Edema periorbital (D)

2 de crânio: Fratura linear por de porção do 1º. frontal. Fratura  
de orbita (D), fratura malar direita. Lesão hemorágica meníngea pelo  
temporal direito. Fratura média anterior. Úterno, útero  
Cd. Sem contusão neurocrânica aparente no momento.  
Observar neurocrânio

Dr. Bruno Fernandes  
Neurocirurgião  
CRM 3918

BUT 05/08/18

Fed e / 9-cc em região frontal + palpebral  
superior (D), do lado direito em tempo de origem.  
Injúria hemorrágica subconjuntival (D).  
Injúria complexa e sangrante (D).  
a: (D) Del TE por

Dr. Helder A. de Albuquerque  
Cirurgião Traumatologista  
Bucodentofacial  
CRM - SE 2354

# EVOLUÇÃO CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE SERGIPE - HUSE

PRONTO SOCORRO ADULTO

Página nº 1

Nome do Paciente: Servilason Costa dos Santos

Idade: 49a

Sexo:

Unidade de Produção:

Leito:

Nº do Prontuário:

DATA	HORA	HISTÓRICO
05/08/18	16:10h	# cirurgia geral - Realização Paciente hemodinamicamente estável, sem queixas no momento. EF: Abdome plano, flácido, indolor à palpação, DD <sup>+</sup> . ED: Ao exame do NRC Ao exame do RBMF Alto do ex. geral  Dra. Gabriela Faria Médica CRM 5760 + DR. ARGUS
06/08		Nemocirurgia Paciente bem, consciente, orientado, sem dor, ECA=15, sem queixas cl: liberado pela nemocirurgia  S
06/08/18	9:45h	CBMF Exame físico pré-operatório. Após avaliação dos exames.  André Luiz S. Barreto Cirurgião Buco Maxilo Facial CRO-SE 1177
09/08/18		Voto exame pré-operatório Entrevista ao ambulatório de Buco Maxilo de HUSE para realização de cirurgia Medicada para a liberação pelo buco.  André Luiz S. Barreto Cirurgião Buco Maxilo Facial CRO-SE 1177



## RELATÓRIO ESPECIALIZADO

Avaliação de perda funcional e Invalidez permanente, pós tratamento das vítimas de acidente do trânsito.

Número do sinistro BOC Nº 2018/06553.0-000749

Nome do paciente: DEUKSON COSTA DOS SANTOS

Data de nascimento: 2007/11/19

Data do início do tratamento / Acidente 05/08/2018

### 1 - Diagnóstico / Causas básicas:

Paciente vítima de Queda de Moto, Trauma Politraumático, Complicação de Frac: RABDA M. ATENDIMENTO AO LACTE, e RECAÍDA PARA O HOSPITAL. SOFRIA CIRCUNSTÂNCIA EM TABAGISMO, COM RABDA ATENDIMENTO DE SUPORTE CLÍNICO, APÓS O SÍNDROME DE FERMIDA CETOACIDOSA. KETOACIDOSA D. RABDA FRAC A LACTE, E SÍNDROME DE FERMIDA CETOACIDOSA. A S. SÍNDROME DE FERMIDA CETOACIDOSA. A S. SÍNDROME DE FERMIDA CETOACIDOSA.

### 2 - Data / Tratamento Realizado:

SITUAT. DOS FAMILIAR + CUBITO + HIGIENIZAÇÃO. APÓS MULTIPLE EXAMES. POR TRANSFERÊNCIA PARA O HOSPITAL.

05/08/2018.  
Paciente foi atendido pelo Serviço de BMT. Foi o diagnóstico de Fratura do Ombro direito. Foi realizado pelo Serviço de Neurocirurgia. Foi realizado. Onde houve um observando. Foi o diagnóstico final de Ombro e Braço, fratura do Ombro e Braço.

### 3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

05/08/2018

Tomografia de Frac:

- Fratura Ombro direito
- Fratura do Ombro e Braço
- Fratura do Ombro e Braço

10/05/2019.

Renato Teixeira CRM 1450  
Ortopedia e Traumatologia



4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

05/08/2018. 1º Atendimento Hospitalar em sua casa  
 2º Home.

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

- Paciente Após Trauma de Mão e de Crânio, Evoluiu com as seguintes seqüelas: Alterações Cognitivas e Função da Mão, com:
- Alteração dos membros + Janela de Mão.
  - Anomalia funcional.
  - Cefaleia frequente.
  - Tímido ao falar com o D.
  - Alteração do Paladar.
  - Visto Defeito de Memória em relação ao D.
  - Defeito de Abstração de Boca.
- 6 - Alta definitiva do tratamento: 02/2019. Visto Defeito de Assimetria
- 7 - Data do Exame do Paciente: 10/05/2019. DA Mão e do D.
- 8 - Segue Exame Anexo: Teste de Abstração de Boca, Função da Mão e do D.

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico <b>Renato Teixeira</b>			Nº do CRM <b>1450</b>	Fone: <b>(079) 3211-5368</b>	
Endereço	Número	Cidade	Estado		
Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas	598	Aracaju	Sergipe		

**Atenção:** As seqüelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180... 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

10/05/2019.  
 Data

Renato Teixeira CRM 1450  
 Ortopedia e Traumatologia

Assinatura e Carimbo



## SINISTRO 3190063261 - Resultado de consulta por beneficiário

---

**VÍTIMA** JOEVISSON COSTA DOS SANTOS

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA

LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

**BENEFICIÁRIO** JOEVISSON COSTA DOS SANTOS

**CPF/CNPJ:** 05483358503

**Posição em 26-07-2019 15:39:59**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

**Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2019**

**Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3190063261**                      **Vítima: JOEVISSON COSTA DOS SANTOS**

**Data do Acidente: 05/08/2018**                      **Cobertura: INVALIDEZ**

**Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO**

**Senhor(a), JOEVISSON COSTA DOS SANTOS**

Após a análise dos documentos apresentados no pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Foi verificado que o dano pessoal evoluiu sem sequela definitiva, razão pela qual não foi caracterizada a invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores orientações.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**  
Estamos aqui para Você

Pag. 01797/01798 - carta\_04 - INVALIDEZ



Carta nº 14471700



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA  
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201970002045

**DATA:**

04/09/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

</br>{Via Movimentação em Lote nº 201901323}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA  
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201970002045

**DATA:**

18/09/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

[...] Designo audiência de conciliação/mediação para o dia 24/10/2019, às 09h21...<br/><br/> Designo o dia 24/10/2019 às 09h:21min para que seja realizada audiência Conciliação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Itabaianinha**

Nº Processo 201970002045 - Número Único: 0002068-78.2019.8.25.0035

Autor: JOEVISSON COSTA DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

Defiro os benefícios da justiça gratuita.

Designo audiência de conciliação/mediação para o dia 24/10/2019, às 09h21.

Citem-se e intimem-se os réus para comparecerem à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato.

Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta se iniciará no dia seguinte à audiência.

Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição, o prazo para resposta terá como termo inicial, o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231, do NCPC.

Observem as partes que, a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (8º, do art. 334, do NCPC).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Diamantino de Oliveira Weber, Juiz(a) de Itabaianinha**, em 18/09/2019, às 00:57:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002384720-32**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA  
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201970002045

**DATA:**

01/10/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico que expedi a carta de citação nº 2019/8830. Outrossim, a parte autora foi intimada acerca do despacho retro, na pessoa de seu advogado, via DJE.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

ITABAIANINHA DA COMARCA DE ITABAIANINHA  
Rua Dr. Francisco Severo, Bairro Centro, Itabaianinha/SE, CEP 49290000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201970002045

**DATA:**

01/10/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201970008830 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Itabaianinha  
Rua Francisco Severo, Nº 228  
Bairro - Centro Cidade - Itabaianinha  
Cep - 49290-000 Telefone - (79)3544-1100

Normal(Justiça Gratuita)



201970008830

PROCESSO: 201970002045 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0002068-78.2019.8.25.0035  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: JOEVISSON COSTA DOS SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** Defiro os benefícios da justiça gratuita. Designo audiência de conciliação/mediação para o dia 24/10/2019, às 09h21. Citem-se e intemem-se os réus para comparecerem à aludida audiência, ficando ciente que, em caso de desinteresse na autocomposição, deverá informar a este juízo em até 10 (dez) dias antes da realização do ato. Havendo a anuência quanto à realização da audiência, mas não chegando as partes ao acordo, o prazo para resposta se iniciará no dia seguinte à audiência. Na hipótese de não haver audiência – por desinteresse das partes ou por não ser admitida a autocomposição, o prazo para resposta terá como termo inicial, o dia do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação/mediação ou nos termos do art. 231, do NCPC. Observem as partes que, a ausência injustificada à audiência de conciliação/mediação, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça cabendo aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa a ser revertida em favor da União ou do Estado (8º, do art. 334, do NCPC).

**Data e horário da audiência:** 24/10/2019 às 09:21:00, **Local:** Fórum da Comarca de Itabaianinha

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência:** RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74  
**Bairro:** CENTRO  
**CEP:** 20031205  
**Cidade:** RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

#### Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência:** RUA SENADOR DANTAS, 5º ANDAR, 74  
**Bairro:** CENTRO  
**CEP:** 20031205  
**Cidade:** RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4145, MD150]





Documento assinado eletronicamente por **JOAO FONTES LEITE FILHO, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Itabaianinha**, em 01/10/2019, às 11:12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002506808-78**.